

30 ABR 2002

VALOR ECONÔMICO

Partido vai dificultar tramitação da CPMF no Senado

Agência Folha, de São Paulo

O PFL demonstrou ontem que não vai facilitar a tramitação da emenda que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) no Senado. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou emenda para modificar o texto aprovado na Câmara.

Francelino Pereira pretende destinar parte da arrecadação da

CPMF para Estados, Distrito Federal e municípios. Se a emenda for aprovada, o projeto — cuja votação está atrasada quase dois meses — terá de voltar para a Câmara. Pela legislação atual, a CPMF deixará de ser cobrada em 17 de junho. Para evitar a suspensão da cobrança, a prorrogação deveria ter sido promulgada em março.

É que depois de aprovada a prorrogação, são necessários 90 dias de intervalo para que a

CPMF volte a ser cobrada. O governo quer reduzir esse prazo para 15 dias, por meio de outra emenda constitucional que será negociada pelo líder do PSDB no Senado, Geraldo Melo (RN).

A cada semana sem a cobrança, o governo deixa de arrecadar R\$ 400 milhões. O ministro Pedro Malan (Fazenda) disse que, se a conclusão da votação ocorrer depois de 17 de maio, a perda de receita com a arrecadação da

CPMF deverá ficar entre R\$ 3,2 bilhões e R\$ 5 bilhões neste ano.

A prorrogação da CPMF começou a tramitar ontem no Senado. O presidente da Casa, Ramez Tebet (PMDB-MS), previu que os senadores levarão cerca de 45 dias para votar a proposta. Tebet se manifestou contra o encurtamento de prazos para acelerar a tramitação da emenda constitucional no Senado, como quer o governo.